

# Participação dos parceiros sociais nacionais na definição de políticas – 2019

## Introdução

O diálogo social está consagrado nos Tratados da UE. Os parceiros sociais são intervenientes cruciais com capacidade para avaliar as necessidades políticas. Podem, além disso, contribuir para a formulação de políticas, bem como para a conceção e execução de reformas nacionais nos domínios social e do emprego. Por conseguinte, os parceiros sociais devem participar na elaboração e execução das políticas. Este papel foi reconhecido na Orientação 7 do Conselho da União Europeia relativa às políticas de emprego dos Estados-Membros, bem como no Princípio 8 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS).

## Contexto político

Na última década, o Semestre Europeu contribuiu para definir uma abordagem global na definição das políticas nacionais. Desde a proclamação do PEDS, os objetivos sociais passaram a figurar de forma explícita em diversos documentos políticos fundamentais adotados ao longo do ciclo do Semestre, embora seja ainda possível e desejável garantir uma maior coordenação com os objetivos fiscais e macroeconómicos. Os Estados-Membros têm vindo a integrar reformas e iniciativas políticas nas suas agendas nacionais, proporcionando um quadro favorável à participação dos parceiros sociais na conceção e execução das políticas.

A qualidade da participação dos parceiros sociais na definição de políticas e no processo de decisão política é um indicador fundamental da qualidade do diálogo social a nível nacional. A experiência mostra que, quanto melhor for a participação dos parceiros sociais na definição das políticas, mais eficaz será o diálogo social.

Os desenvolvimentos políticos influenciam a participação dos parceiros sociais na definição de políticas, mesmo nos países onde existem sólidas relações laborais e experiência no diálogo social. Nestes casos, a autonomia dos parceiros sociais pode ser posta em causa e necessita de ser reforçada para garantir que estes possam contribuir de

forma independente para a definição de políticas nacionais.

## Principais conclusões

- Na maioria dos países, os parceiros sociais têm, em certa medida, sido consultados no processo de definição de políticas. As consultas permitem enquadrar as iniciativas políticas no âmbito das recomendações específicas por país (REP) e das agendas nacionais. Foram introduzidas muitas reformas com repercussões nos domínios social e do emprego; nos países da Europa Central, Oriental e do Sul, algumas destas reformas foram adotadas sem a participação dos parceiros sociais.
- Os países podem ser classificados em três grandes grupos, no que diz respeito às práticas que envolvem os parceiros sociais na definição de políticas.
  - Países onde existem estruturas de diálogo social bem estabelecidas que envolvem os parceiros sociais e funcionam eficazmente: os parceiros sociais são, em grande medida, consultados pelo governo sobre questões sociais e laborais (Áustria, Bélgica, Chipre, Chéquia, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal, Eslováquia e Suécia).
  - Países onde existem instituições de diálogo social, embora os parceiros sociais não estejam plenamente satisfeitos em relação ao seu nível de participação na definição de políticas: os parceiros sociais manifestaram insatisfação relativamente a uma série de domínios (Bulgária, Croácia, Estónia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslovénia, Espanha e Reino Unido).
  - Países onde os parceiros sociais consideram que não têm uma participação significativa na definição de políticas: neste caso, as lacunas identificadas permanecem praticamente inalteradas e o diálogo social parece ter estagnado (Grécia, Hungria, Roménia).

- A análise mostra que a maioria dos parceiros sociais foi envolvida na elaboração dos Programas Nacionais de Reforma (PNR) em 2019. No entanto, alguns parceiros sociais, nomeadamente na Grécia e em Itália, sublinharam que não estiveram envolvidos nesse processo, e vários sindicatos e organizações patronais na Hungria criticaram a qualidade da sua participação.
- A participação inclui normalmente a consulta formal numa base institucional ou através de contactos bilaterais. Em alguns Estados-Membros, a consulta baseia-se na troca de pontos de vista com os sindicatos e os empregadores ou na utilização de procedimentos nacionais adaptados (procedimentos específicos, não normalizados através de grupos de trabalho ou comités especiais). Muitas vezes, é aplicada uma combinação destes regimes.
- A maioria dos parceiros sociais considerou adequada a estrutura utilizada para a sua participação. No entanto, em alguns países, os parceiros sociais afirmaram repetidamente que o problema mais importante continua a ser a falta de tempo para a consulta. Este aspeto não foi, contudo, reportado como um problema noutros países. Esta divergência de opiniões não deve ser difícil de resolver.
- A maioria dos parceiros sociais e das autoridades nacionais relataram mudanças pouco significativas na qualidade da sua participação nos PNR entre 2018 e 2019, com diferenças muito ligeiras nos quatro elementos analisados (a estrutura; a forma e o conteúdo da consulta; o tempo atribuído; e as observações formuladas, bem como a visibilidade dada aos pontos de vista dos parceiros sociais). No entanto, em alguns países, os parceiros sociais reportaram melhorias parciais na sua participação no processo de consulta, embora muitas vezes num contexto de deterioração geral.
- Em vários países, os parceiros sociais continuaram insatisfeitos com o facto de os seus pontos de vista não terem sido tomados em conta no PNR final. Esta percepção de ser ouvido, mas não ser atendido, varia consoante os países e as partes interessadas.
- Existe alguma correspondência entre a força do diálogo social nacional e o nível de participação dos parceiros sociais na definição de políticas. Essa relação também pode ser identificada ao nível da participação dos parceiros sociais na elaboração dos PNR. Em alguns países, os parceiros sociais utilizam o Semestre Europeu e as REP para promover as suas preocupações nacionais ao nível da UE.

## Indicadores de políticas

- O Semestre Europeu proporciona não só uma arquitetura de governação para a UE coordenar as políticas fiscais e económicas, mas também um espaço para os parceiros sociais nacionais exercerem influência sobre as agendas económicas e sociais. Deveriam ser consideradas abordagens mais setoriais e domínios políticos específicos, aquando do envolvimento dos parceiros sociais relevantes.
- A integração dos objetivos da Estratégia Anual para o Crescimento Sustentável (EACS) de 2020 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Semestre Europeu terá implicações nas políticas social, económica e de emprego. Uma participação proativa e significativa dos parceiros sociais no Semestre Europeu ajudaria a alcançar estes objetivos específicos da UE.
- Tendo em conta as enormes implicações fiscais e económicas destas mudanças no Semestre Europeu, poderá valer a pena alargar a participação dos parceiros sociais a outros domínios políticos importantes, como os programas de estabilidade ou convergência. Deverá ser considerada a possibilidade de garantir um nível de participação apropriado dos parceiros sociais nestes debates políticos.
- Vários estudos revelam que a participação dos parceiros sociais na definição de políticas e no Semestre Europeu continua a não ser efetiva em alguns países, ano após ano. Deverão ser tomadas mais medidas para promover a convergência ascendente destes países com outros países onde exista uma participação efetiva dos parceiros sociais.

### Informações adicionais

O relatório *Participação dos parceiros sociais nacionais na definição de políticas – 2019* está disponível em <http://eurofound.link/ef19017>

Diretor de investigação: Ricardo Rodriguez Contreras  
[information@eurofound.europa.eu](mailto:information@eurofound.europa.eu)